UNIVERSIDADE ESTADUAL DA REGIÃO TOCANTINA DO MARANHÃO
PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES CAMINHOS DO SERTÃO
CURSO DE GEOGRAFIA LICENCIATURA

EDIVAN DE SOUSA SILVA

DA AGRICULTURA FAMILIAR AO AGRONEGÓCIO: Transformações Socioespaciais no Assentamento Canaã, Itinga do Maranhão - MA

Itinga do Maranhão
2026

EDIVAN DE SOUSA SILVA

DA AGRICULTURA FAMILIAR AO AGRONEGÓCIO: Transformações Socioespaciais no Assentamento Canaã, Itinga do Maranhão - MA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Geografia Licenciatura, do Programa de Formação de Professores Caminhos do Sertão, da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão - UEMASUL, como requisito para obtenção de título de Licenciado em Geografia

Orientador(a): Prof. Dr. José Geraldo Pimentel Neto

Itinga do Maranhão
2026

S586a

Silva, Edivan de Sousa

Da agricultura familiar ao agronegócio: transformações Socioespaciais no Assentamento Canaã, Itinga do Maranhão - MA. / Edivan de Sousa Silva. – Itinga do Maranhão, MA, 2026.

29 f. ;il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia) Programa de Formação de Professores Caminhos do Sertão – Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL, Imperatriz, MA, 2026.

1. Agricultura familiar. 2. Reforma agrária. 3. Agronegócio. I. Título.

CDU 91

Ficha elaborada pela Bibliotecária: **Clemilda Izaias Santos CRB – 13/626**

EDIVAN DE SOUSA SILVA

DA AGRICULTURA FAMILIAR AO AGRONEGÓCIO: Transformações Socioespaciais no Assentamento Canaã, Itinga do Maranhão - MA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Geografia Licenciatura, do Programa de Formação de Professores Caminhos do Sertão, da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão - UEMASUL, como requisito para obtenção de título de Licenciado em Geografia

Orientador(a): Prof. Dr. José Geraldo Pimentel Neto

APROVADO EM: 06 / 06 / 2026

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
gov.br
JOSE GERALDO PIMENTEL NETO
Data: 09/06/2026 12:04:55-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Dr. José Geraldo Pimentel Neto (orientador)
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL

Documento assinado digitalmente
gov.br
PAULO ALVES SILVA FILHO
Data: 09/06/2026 13:25:27-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Me. Paulo Alves Silva Filho (examinador)
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL

Documento assinado digitalmente
gov.br
DIEGO ARMANDO DE SOUSA PAZ
Data: 09/06/2026 12:14:16-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Me. Diego Armando de Sousa Paz (examinador)
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL

“Dedico este trabalho a Deus o autor e consumador da minha fé, e a minha mãe que sempre foi a pessoa que mais me incentivou a estudar e conquistar meus objetivos.”

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à minha família, base e sustentação em todos os momentos. À minha esposa, Eliane, amor da minha vida, e às minhas filhas, Dara, Débora e Eloisa, que compreenderam e suportaram minha ausência durante todos os fins de semana dedicados a este curso, acompanhando-me de perto em toda essa trajetória.

Aos meus professores, em especial ao meu orientador, já mencionado neste trabalho, pela orientação, apoio e dedicação ao longo desse processo. À UEMASUL, pela oportunidade de formação e crescimento acadêmico.

Expresso também minha gratidão à minha igreja, Assembleia de Deus em Vavalandia, que sempre esteve em oração por mim, fortalecendo-me para enfrentar os desafios dos longos trajetos de mais de 200 quilômetros até a sala de aula.

RESUMO

O estudo analisa as transformações socioespaciais no Assentamento Canaã, em Itinga do Maranhão - MA, destacando a transição da agricultura familiar para o agronegócio. Utilizou-se abordagem qualitativa, com estudo de caso, revisão bibliográfica, análise documental e observação de campo. Os resultados mostram que fatores como proximidade com Açailândia, melhoria viária e relevo favorável à mecanização favoreceram a expansão do cultivo de soja e milho. Observou-se redução do número de famílias residentes, substituição de cultivos tradicionais por monoculturas e aumento do arrendamento de lotes. Essas mudanças revelam tensões entre os objetivos da reforma agrária e a lógica produtiva do agronegócio, impactando a permanência das famílias assentadas. Conclui-se que o fortalecimento da agricultura familiar depende de políticas públicas voltadas ao crédito, assistência técnica e infraestrutura rural.

Palavras-chave: Agricultura familiar; Agronegócio; Reforma agrária; Transformações socioespaciais; Assentamento Canaã – Itinga do Maranhão - MA.

ABSTRACT

This study analyzes socio-spatial transformations in the Canaã Settlement, in Itinga do Maranhão, highlighting the transition from family farming to agribusiness. A qualitative case study was conducted using bibliographic review, document analysis, and field observation. Results indicate that proximity to Açailândia, improved roads, and favorable terrain encouraged soybean and corn expansion. Changes include fewer resident families, replacement of traditional crops by monocultures, and increased land leasing. These transformations reveal tensions between agrarian reform goals and agribusiness production logic. Strengthening family farming depends on public policies for credit, technical assistance, and rural infrastructure.

Keywords: Family farming; Agribusiness; Agrarian reform; Socio-spatial transformations, Canaã Settlement – Itinga do Maranhão - MA.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO **10**

2 CARACTERIZAÇÃO TERRITORIAL E SOCIOECONÔMICA DO MUNICÍPIO DE ITINGA DO MARANHÃO **12**

3 METODOLOGIA **16**

4 TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS NO ASSENTAMENTO CANAÃ EM ITINGA NO MARANHÃO **188**

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS **277**

REFERÊNCIAS **28**

1 INTRODUÇÃO

A questão agrária brasileira constitui um dos temas centrais na compreensão das dinâmicas territoriais e sociais do espaço rural, especialmente em regiões marcadas pela implantação de projetos de reforma agrária. Nesse contexto, os assentamentos rurais surgem como instrumentos de democratização do acesso à terra e de fortalecimento da agricultura familiar, buscando garantir condições de permanência das famílias no campo por meio da produção agrícola, da organização comunitária e do acesso a políticas públicas. Nas últimas décadas, diversas transformações têm alterado significativamente a estrutura produtiva desses territórios, sobretudo em áreas inseridas na expansão recente do agronegócio.

No estado do Maranhão, particularmente na porção oeste maranhense, essas mudanças tornam-se evidentes em municípios como Itinga do Maranhão, onde a presença de assentamentos rurais se articula com novas dinâmicas econômicas impulsionadas pela expansão do cultivo mecanizado de commodities agrícolas, como soja e milho. Inserido nessa realidade, o Assentamento Canaã representa um caso emblemático de reconfiguração territorial, pois foi criado com a finalidade de fortalecer a agricultura familiar, mas atualmente apresenta crescente inserção de práticas produtivas vinculadas ao agronegócio.

Essa transformação ocorre em um contexto regional marcado pela influência econômica de Açailândia, pela melhoria das condições logísticas, pela valorização fundiária e pelas características naturais favoráveis à mecanização agrícola, como relevo plano e disponibilidade de grandes extensões territoriais. Tais fatores têm favorecido a substituição gradual de cultivos tradicionais por monoculturas voltadas ao mercado, alterando não apenas o uso da terra, mas também as relações sociais, econômicas e culturais estabelecidas no interior do assentamento.

Diante desse cenário, este estudo tem como objetivo analisar as transformações socioespaciais ocorridas no Assentamento Canaã, identificando os principais fatores que explicam a passagem da agricultura familiar para o agronegócio e seus impactos sobre a organização territorial local. Busca-se compreender de que maneira essas mudanças afetam a permanência das famílias assentadas, a função social da terra e os princípios que orientaram a criação dos projetos de reforma agrária.

Metodologicamente, a pesquisa aborda de forma qualitativa, com base em levantamento bibliográfico, análise documental, observação de campo e interpretação de dados territoriais e socioeconômicos. A relevância deste estudo reside na possibilidade de contribuir para o debate sobre os limites e desafios da reforma agrária em áreas submetidas à pressão do

capital agrícola, evidenciando tensões entre modelos distintos de produção e ocupação do território rural.

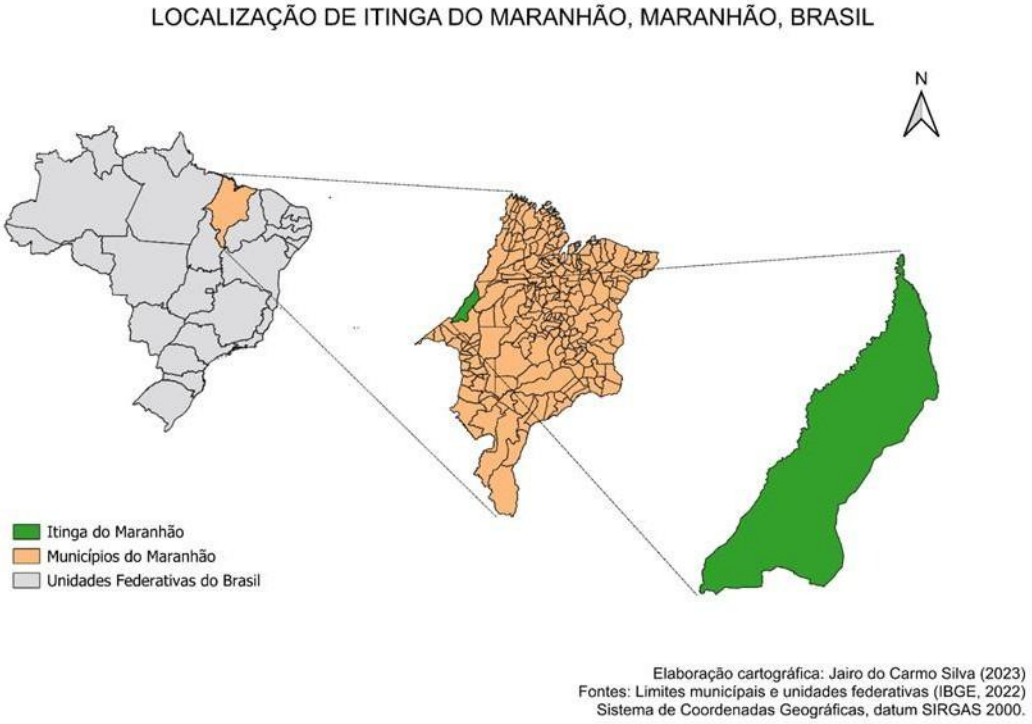
2 CARACTERIZAÇÃO TERRITORIAL E SOCIOECONÔMICA DO MUNICÍPIO DE ITINGA DO MARANHÃO

O município de Itinga do Maranhão, localizado no estado do Maranhão, constitui uma importante unidade territorial inserida na porção oeste maranhense, apresentando características geográficas e administrativas que contribuem para a compreensão de sua dinâmica socioespacial. Elevado à categoria de município por meio da Lei Estadual nº 6.147, de 10 de novembro de 1994, Itinga do Maranhão passou a possuir autonomia político-administrativa, integrando-se à microrregião de Imperatriz e à mesorregião Oeste Maranhense, área marcada por forte influência dos processos de ocupação ligados à expansão econômica e territorial da Amazônia Legal (CPRM, 2011).

O território municipal compreende uma área aproximada de 3.582 km², apresentando baixa densidade demográfica, condição típica de municípios com extensa área rural e elevada dispersão populacional. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população estimada no período analisado era de cerca de 24.891 habitantes, resultando em densidade demográfica aproximada de 6,95 habitantes por quilômetro quadrado, o que demonstra um padrão de ocupação espacial relativamente rarefeito (IBGE, 2010 apud CPRM, 2011).

Em termos de limites territoriais, Itinga do Maranhão (Figura 01) confronta-se ao Norte com o município de Centro Novo do Maranhão, ao sul com Açailândia, a Leste com Bom Jardim e novamente com Açailândia, e a Oeste com o estado do Pará, configurando uma posição estratégica na zona de transição entre o sudoeste maranhense e a fronteira interestadual amazônica. Essa localização favorece interações econômicas e fluxos regionais relevantes, especialmente associados ao setor agropecuário e à circulação rodoviária. A sede municipal encontra-se situada nas coordenadas geográficas de 4º26’24” de latitude sul e 47º31’12” de longitude oeste, apresentando altitude média em torno de 200 metros em relação ao nível do mar (IBGE, 2010 apud CPRM, 2011).

Figura 01: Localização do Itinga do Maranhão - MA



Fonte: IBGE (2022), elaborado pelo Acadêmico Jairo do Carmo Silva (2023)

O acesso ao município ocorre principalmente por meio do sistema rodoviário federal, destacando-se a conexão com a capital estadual, São Luís, por um percurso aproximado de 608 km, realizado através das rodovias BR-135, BR-222, BR-316 e BR-010, fato que reforça sua integração logística regional. Do ponto de vista estrutural, o município apresenta organização territorial marcada pela predominância de áreas rurais e por uma economia baseada em atividades primárias e no setor de serviços, características recorrentes em municípios da fronteira agrícola amazônica. A configuração física do território, associada à presença de importantes sistemas hidrográficos vinculados à bacia do rio Gurupi, influencia diretamente o uso do solo, a dinâmica de assentamentos humanos e a distribuição das atividades produtivas (CPRM, 2011).

De forma geral, Itinga do Maranhão pode ser compreendido como um município de estrutura territorial extensa, baixa densidade populacional e posição geográfica estratégica, cuja formação histórica e organização espacial refletem processos de expansão regional e integração econômica do oeste maranhense. Essa caracterização inicial constitui base fundamental para análises posteriores relacionadas ao desenvolvimento socioeconômico, à infraestrutura e ao planejamento territorial local.

O município de Itinga do Maranhão, localizado no estado do Maranhão, apresenta características demográficas e territoriais que refletem dinâmicas típicas da região amazônica maranhense. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município possuía, no Censo Demográfico de 2022, uma população de 22.513 habitantes, distribuída em uma área territorial de 3.583,423 km², resultando em uma densidade demográfica de aproximadamente 6,28 habitantes por quilômetro quadrado (IBGE, 2024). Esses números evidenciam um padrão de ocupação territorial disperso, comum em municípios com forte presença rural e extensa área territorial.

No âmbito econômico, o município apresenta uma estrutura produtiva fortemente vinculada ao setor primário e ao setor de serviços, destacando-se atividades relacionadas à indústria madeireira, à pecuária e ao comércio regional. O Produto Interno Bruto (PIB) per capita registrado para o município em 2021 foi de aproximadamente R$ 30.538,53, valor superior à média de diversos municípios maranhenses, embora a renda média da população formal mantenha proximidade com o padrão estadual de remuneração (IBGE, 2024). A análise desse indicador demonstra que o desempenho econômico local não implica, necessariamente, distribuição equilibrada da renda, refletindo desafios estruturais comuns aos municípios inseridos em áreas de expansão econômica recente.

No campo social, os indicadores educacionais apontam avanços importantes no acesso à educação básica. A taxa de escolarização entre crianças de 6 a 14 anos alcança cerca de 98%, demonstrando ampla cobertura escolar e continuidade das políticas públicas de universalização do ensino fundamental (IBGE, 2024). Entretanto, indicadores de qualidade educacional, como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), ainda refletem limitações estruturais observadas em regiões periféricas da Amazônia Legal, relacionadas a fatores como infraestrutura escolar e desigualdades socioespaciais.

Em termos de desenvolvimento humano, o município apresenta Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) classificado como médio, acompanhando o padrão observado em grande parte dos municípios maranhenses. Esse indicador sintetiza condições intermediárias nos componentes de renda, educação e longevidade, indicando avanços sociais, mas também a persistência de desafios ligados à redução das desigualdades regionais (IBGE, 2024).

No que diz respeito ao saneamento básico e à infraestrutura urbana, observam-se limitações significativas. Informações do Instituto Água e Saneamento indicam lacunas na disponibilidade de dados sobre abastecimento de água e esgotamento sanitário, além de desafios relacionados à cobertura integral desses serviços, cenário que impacta diretamente a qualidade

ambiental e as condições de saúde pública local (Instituto Água e Saneamento, 2025). A baixa densidade populacional e a extensão territorial elevada contribuem para o aumento dos custos e da complexidade da expansão da infraestrutura urbana.

Do ponto de vista regional, Itinga do Maranhão possui posição estratégica na porção sudoeste do estado, estabelecendo relações econômicas e fluxos populacionais com municípios vizinhos, incluindo Dom Eliseu, no estado do Pará, o que reforça sua integração em dinâmicas interestaduais de comércio e mobilidade. Esse contexto evidencia a importância das conexões territoriais para a organização econômica local e para a consolidação de redes regionais de desenvolvimento.

Em síntese, a análise dos indicadores demográficos, econômicos e sociais demonstra que Itinga do Maranhão apresenta perfil típico de município amazônico em processo de consolidação socioeconômica, caracterizado por baixa densidade populacional, economia baseada em atividades primárias e desafios estruturais nas áreas de infraestrutura e desenvolvimento social. Esses elementos reforçam a necessidade de políticas públicas integradas voltadas à promoção do desenvolvimento sustentável e à redução das desigualdades territoriais.

Nesse sentido, as transformações observadas no assentamento Canaã não podem ser compreendidas de forma isolada, mas devem ser relacionadas à dinâmica socioeconômica mais ampla do município de Itinga do Maranhão, marcado por extensa área territorial, baixa densidade demográfica e por uma economia historicamente vinculada às atividades primárias e à exploração dos recursos naturais. A inserção crescente do agronegócio em áreas originalmente destinadas à reforma agrária revela mudanças na lógica do uso da terra que dialogam com processos regionais de expansão produtiva e integração aos mercados agrícolas, especialmente em razão da proximidade com o polo econômico de Açailândia e da melhoria das condições de infraestrutura e circulação.

Assim, o caso do assentamento Canaã evidencia tensões entre os objetivos sociais que orientaram a criação dos assentamentos e as novas formas de apropriação territorial vinculadas à mecanização e à produção de commodities, configurando um cenário de redefinição das práticas produtivas e das relações sociais no campo. A partir dessa contextualização, o capítulo seguinte buscará analisar de forma detalhada como essas mudanças se materializam no cotidiano do assentamento, discutindo seus impactos sobre o uso da terra, a organização produtiva e as estratégias de reprodução social dos assentados no município de Itinga do Maranhão.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de abordagem qualitativa, com caráter descritivo e analítico, voltado à compreensão das transformações socioespaciais ocorridas no assentamento Canaã, localizado no município de Itinga do Maranhão. A escolha por uma abordagem qualitativa fundamenta-se na necessidade de interpretar processos sociais, econômicos e territoriais relacionados ao uso da terra e às mudanças nas dinâmicas produtivas em áreas de reforma agrária, considerando o contexto histórico e social em que se inserem (Minayo, 2001).

Do ponto de vista metodológico, adotou-se o estudo de caso como estratégia investigativa, por permitir análise aprofundada de uma unidade específica e de suas particularidades territoriais, possibilitando compreender fenômenos complexos em seu contexto real (Yin, 2015). O Assentamento Canaã foi selecionado por apresentar mudanças significativas em sua estrutura produtiva, sobretudo em razão da expansão do agronegócio e da redefinição do uso da terra observadas nas últimas décadas.

A pesquisa foi desenvolvida a partir de três etapas complementares: levantamento bibliográfico, análise documental e pesquisa de campo. O levantamento bibliográfico contemplou estudos sobre reforma agrária, agricultura familiar, territorialidade e agronegócio, fornecendo suporte teórico para interpretação das transformações observadas. A análise documental incluiu registros institucionais, mapas do assentamento, fotografias e documentos locais relacionados à organização produtiva e social da comunidade.

Como base empírica de análise socioeconômica e territorial, foram utilizados dados secundários provenientes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), especialmente informações do Censo Demográfico, indicadores populacionais, dados territoriais e estatísticas econômicas municipais. Esses dados permitiram caracterizar o contexto socioeconômico de Itinga do Maranhão e estabelecer relações entre as dinâmicas locais e as transformações observadas no assentamento, contribuindo para a construção de uma análise fundamentada em indicadores oficiais. O uso de bases estatísticas do IBGE possibilita maior confiabilidade metodológica, uma vez que se trata da principal instituição pública responsável pela produção de informações socioeconômicas e territoriais no Brasil.

A pesquisa de campo envolveu observação direta e participante, favorecida pela inserção do pesquisador no território estudado, o que possibilitou a identificação de mudanças na paisagem agrária, na organização produtiva e nas relações sociais entre assentados e agentes externos. Conforme destaca Minayo (2001), a observação em campo constitui ferramenta

essencial para compreender práticas sociais e significados atribuídos pelos sujeitos às transformações vivenciadas.

A análise dos dados foi orientada por referenciais da geografia agrária e dos estudos sobre a questão agrária brasileira, considerando que os assentamentos rurais constituem territórios em disputa entre diferentes modelos de desenvolvimento e formas de apropriação da terra. Nessa perspectiva, dialoga-se com autores que abordam a expansão do agronegócio sobre áreas tradicionalmente ocupadas pela agricultura familiar e os processos de subordinação do campesinato às dinâmicas do capital (Fernandes, 2013; Oliveira, 2007; Ribeiro, 2022).

Dessa forma, a metodologia adotada integra dados estatísticos oficiais, análise documental e observação de campo, permitindo compreender de maneira articulada as transformações socioespaciais do assentamento Canaã e suas relações com o contexto socioeconômico do município de Itinga do Maranhão.

Para a elaboração dos mapas de localização e uso e cobertura da Terra, foram utilizadas as bases de dados fornecidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e estatística (IBGE), do ano de 2022, foram extraídos os vetores em formato Shapefile (shp), com os limites territoriais dos municípios de Bom Jardim (MA) centro novo do Maranhão (MA) e Itinga do Maranhão - MA.

Quanto ao uso e cobertura da Terra as informações foram adquiridas pelo site do MAPBIOMAS, que forneceu dados matriciais em formato TIFF, dos anos de 2008 a 2024, já com as classes de uso e cobertura definidas por sua própria metodologia, e que se utilizam de imagens dos satélites COPÉRNICUS e LANDSAT, com resolução espacial de 30 na identificação.

Importante ressaltar que a coleção escolhida para o mapeamento de uso e cobertura de terra a 10, pois trata-se da coleção mais atualizada já com correção de erros que poderiam estar presentes em versões anteriores. O padrão RGB das cores também já é estabelecida pelo próprio MAPBIOMAS. O software utilizado para a manipulação dos dados foi o QGIS, em sua versão 3.40.8, o qual possibilitou o geoprocessamento das informações adquiridos pelas bases de dados.

Para obtenção das porcentagens das classes de uso e cobertura da Terra, foram cruzadas as informações Presentes nos dados do IBGE, como por exemplo o tamanho da área total dos municípios, presentes na tabela de atributos dos arquivos de shapefile, para que assim fossem somadas essas áreas em km², e por fim obter o tamanho da área de estudo. Os arquivos matriciais do MAPBIOMAS foram convertidos em arquivos vetoriais usando as ferramentas disponíveis do QGIS, para que fosse possível atribuir os valores em suas respectivas tabelas e

atributos como da soma da área dos municípios, área em km² de cada classe, assim como suas respectivas porcentagens da área total.

Para cálculo de classes em porcentagem, foram calculadas as áreas em km² de cada classe de uso, usando a calculadora de campo de software, disponível na tabela de atributos. Para o resultado, faz-se a divisão da área total pelo valor de 100.000, e para a porcentagem ainda na mesma calculadora de campo faz a divisão da área das classes em km² pela área total multiplicada por 100.

4 TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS NO ASSENTAMENTO CANAÃ EM ITINGA DO MARANHÃO

A agricultura familiar constitui um tema recorrente nas discussões sobre o desenvolvimento das atividades rurais, especialmente em territórios marcados pela presença da reforma agrária, como é o caso do município de Itinga do Maranhão. A experiência local evidencia processos históricos de ocupação e organização social que tiveram início no final da década de 1990, quando diversas famílias se estabeleceram por meio de acampamentos às margens do rio Gurupi, importante referência territorial que também delimita parte da fronteira entre os estados do Maranhão e do Pará. Atualmente, o município abriga mais de vinte projetos de Assentamento, configurando um espaço relevante para a análise das dinâmicas agrárias e das transformações no âmbito socioespaciais e uso da terra.

No campo acadêmico, a agricultura familiar tem sido amplamente debatida em diferentes áreas do conhecimento, sobretudo em virtude de sua relevância social e econômica. Conforme destacam Trentin e Wesz Junior (2004), a temática ganhou destaque nos últimos anos por sua contribuição na produção de alimentos, na geração de emprego e renda e na distribuição da terra, representando parcela significativa dos estabelecimentos rurais no Brasil. Tal perspectiva reforça o papel estratégico da agricultura familiar na estrutura socioeconômica rural, especialmente em regiões marcadas por desigualdades sociais problemas fundiários e processos históricos de exclusão social.

Historicamente, a agricultura familiar possui raízes no campesinato e caracteriza-se por formas específicas de organização do trabalho e da produção. Nesse modelo, predomina a utilização da mão de obra familiar, na qual os membros da unidade doméstica, pai, mãe e filhos, participam diretamente das atividades produtivas, configurando uma relação estreita entre propriedade, trabalho e reprodução social, conforme ressaltam ainda Trentin e Wesz Junior

(2004). Essa lógica produtiva diferencia-se dos sistemas agroindustriais intensivos, pois articula dimensões econômicas, sociais e culturais do território rural.

Inserido nesse contexto de uso e cobertura da terra, o Assentamento Canaã, localizado próximo aos limites territoriais de Itinga do Maranhão, Centro novo do maranhão, bom Jardim e Açailândia (**Figura 2**), apresenta uma estrutura social organizacional baseada na associação de produtores rurais, responsável por representar coletivamente os assentados perante órgãos públicos e instituições financeiras. Por meio dessa organização social, são viabilizados processos de mediação junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a instituições bancárias públicas e privadas, possibilitando o acesso a recursos financeiros destinados ao custeio e ao desenvolvimento das atividades produtivas. Tal arranjo institucional evidencia a importância das formas coletivas de gestão na manutenção e fortalecimento das atividades econômicas locais.

Figura 2 - Mapa de localização do assentamento Canaã.



Fonte: IBGE (2022)

Dessa maneira, as transformações socioespaciais observadas no Assentamento Canaã refletem mudanças mais amplas nas dinâmicas rurais contemporâneas, nas quais os assentamentos deixam de ser apenas espaços de reprodução da agricultura familiar tradicional e passam a incorporar novas lógicas produtivas e territoriais. A análise dessas transformações

torna-se fundamental para compreender como processos econômicos regionais, políticas públicas e estratégias locais de organização influenciam a configuração atual do uso da terra e das relações sociais no campo como indica Resende:

> A prática da agricultura familiar nos assentamentos rurais teve como primeiro incentivo o Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária - PROCERA criada em 1985 pelo Conselho Monetário Nacional que buscou promover a melhoria e aumento da produção agrícola. Na década de 1990 o PROCERA foi ampliado e substituído pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. PRONAF que trouxe ampliação nas linhas de financiamentos e condições específicas para cada modalidade e público diferenciado (Rezende, 1999).

Inserido nesse contexto, o Assentamento Canaã, apresenta uma estrutura baseada na coletividade dos produtores rurais, que objetiva fortalecer a permanência das famílias assentadas naquele espaço e assegurar o cumprimento dos princípios que orientaram a implantação do projeto de reforma agrária. A associação, por meio de representação democrática, atua na interlocução junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a instituições financeiras públicas e privadas, viabilizando acesso a recursos destinados ao custeio das atividades produtivas e ao desenvolvimento local.

Em sua origem, a vila Canaã contava com 36 famílias beneficiadas pelo programa de reforma agrária, que receberam lotes, com a expectativa de construir um espaço de moradia e garantir melhores condições de vida por meio da produção de origem agrícola. Dessa maneira, a organização social do assentamento expressa a tentativa de consolidar um modelo baseado na agricultura familiar e na reprodução social do campesinato.

Contudo, as transformações socioespaciais observadas nas últimas décadas revelam mudanças nas dinâmicas produtivas e no uso da terra, indicando processos de redefinição territorial influenciados por fatores econômicos regionais e pela expansão de novas lógicas de produção agrícola. Assim, a análise do assentamento Canaã torna-se fundamental para compreender como os objetivos originais da reforma agrária que dialogam, e por vezes, entram em tensão, com as atuais dinâmicas de organização produtiva e de uso do território no município de Itinga do Maranhão.

Inicialmente, por se tratar de uma pesquisa em um assentamento instituído pelo programa da reforma agrária, é necessário observar o que diz Coca (2013), que a reforma agraria deve ser entendida como um instrumento de conquista da terra pelos camponeses, possibilitando uma melhoria na qualidade de vida. Dessa forma, a posse dessa terra, cumpriria seu propósito social e uma mudança na perspectiva econômica dessas famílias.

No que diz respeito ao tipo de produção familiar, os assentamentos, baseia-se inicialmente no cultivo de arroz, feijão, mandioca, e outras culturas, no entanto, observa-se mudança estruturais nas atividades agrícolas nos últimos 15 anos, uma das mais frequentes é a mudança da produção voltada inicialmente em produtos da agricultura familiar para a dinâmica da agronegócio, voltados para grandes campos de cultivo de soja e milho, empreendimentos protagonizados por produtores da região, indo de encontro ao que diz Ribeiro (2022 p.8), "O agronegócio tem se expandido rumo aos assentamentos da reforma agrária, causando impacto na produção familiar local, quando estas reproduzem em seus lotes a produção das comodities agrícolas". Vide **Figura 3**.

Figura 3 - Vila Canaã e a proximidade do Campo de soja.



Fonte: Elaborado pelo autor (2026)

Com a chegada do agronegócio nas áreas de assentamento de Itinga do Maranhão - MA, se observa algumas mudanças na dinâmica social e cultural e socioespacial das famílias, causando transformações marcantes para alguns, e a falta de perspectiva para outras, sobretudo para aqueles que acabam ficando à margem do suposto crescimento econômico trazido pelo agronegócio, e acabam saindo do território agrário vezes por falta de investimento por parte dos programas de crédito e de assistência técnica, outra por não se inserir na nova dinâmica econômica imposta pelo agronegócio, observando assim que somente o acesso à terra não é o suficiente para melhoria das condições da qualidade de vida (Rossetto *et al*. 2024).

Quando se pesquisa os fatores responsáveis pelo fracasso dos projetos de assentamentos implantados no Brasil, além da falta de investimentos para a permanência do produtor no campo, um fator importante para entender esse fenômeno, diz respeito ao que destaca Fernandes (2013 p.9), "[...] é que isto está relacionado a concentração de terras e da renda. Com base no referido panorama, as relações estabelecidas entre os atores dessa disputa acabam se configurando em subordinação ao capital, acontecendo assim o monopólio do território camponês". Com base nisto e em particular, esse monopólio no assentamento Canaã tem se concretizado pela aquisição de várias lotes pelo agronegócio, fato que intensificou a saída das famílias da Agrovila Canaã, existindo hoje apenas 09 famílias, (**Figuras 4 e 5**), o que pode ser constatado observando as figuras abaixo.

Figuras 4 e 5 - Agrovila Canaã.

Casa e carro abandonados



Ruinas de uma escola que seria construída



Fonte: Elaborado pelo autor (2026)

Criado com a finalidade de promover a sustentabilidade da agricultura familiar o Assentamento Canaã vem sofrendo nos últimos anos com a chegada de grandes produtores agrícolas, impulsionados pela terra fértil da região, que resulta nos baixos custos produtivos e que requer um menor custo com adubos e outros insumos, outro fator relevante, é o fato do assentamento se encontrar na região do MATOPIBA, que se destaca na produção de grãos e eucalipto, e através de grandes investimentos públicos e privados vem se destacando como uma grande região produtiva e econômica no oeste maranhense Oliveira *et al*. (2022).

Segundo alguns agricultores que ainda resistem as pressões do agronegócio no território espacial do Assentamento, um outro fator que precisa ser observada é que desde da implantação do da vila até os dias atuais, existem poucos vínculos das famílias com a sede do município de Itinga do maranhão, isso se dá pala inexistência de uma linha de transporte ligando a sede do município a vila Canaã, o que foi constatado durante a pesquisa para a realização deste trabalho, e um outro fator apontado e mais preponderante são as péssimas condições da

vicinal que liga não só a vila em questão como outras no município, dificultado esta ligação até mesmo daqueles com transportes autônomos, em contra ponto já as estrada de acesso a Açailândia, por mais que mais distante, as mesmas se encontram bem conservadas (**Figura 6 e 7**), em virtudes da necessidade do escoamento dos grãos.

Figura 6 e 7 – Estradas de acesso ao assentamento Canaã.

Acesso a Itinga - MA



Acesso a Açailândia - MA

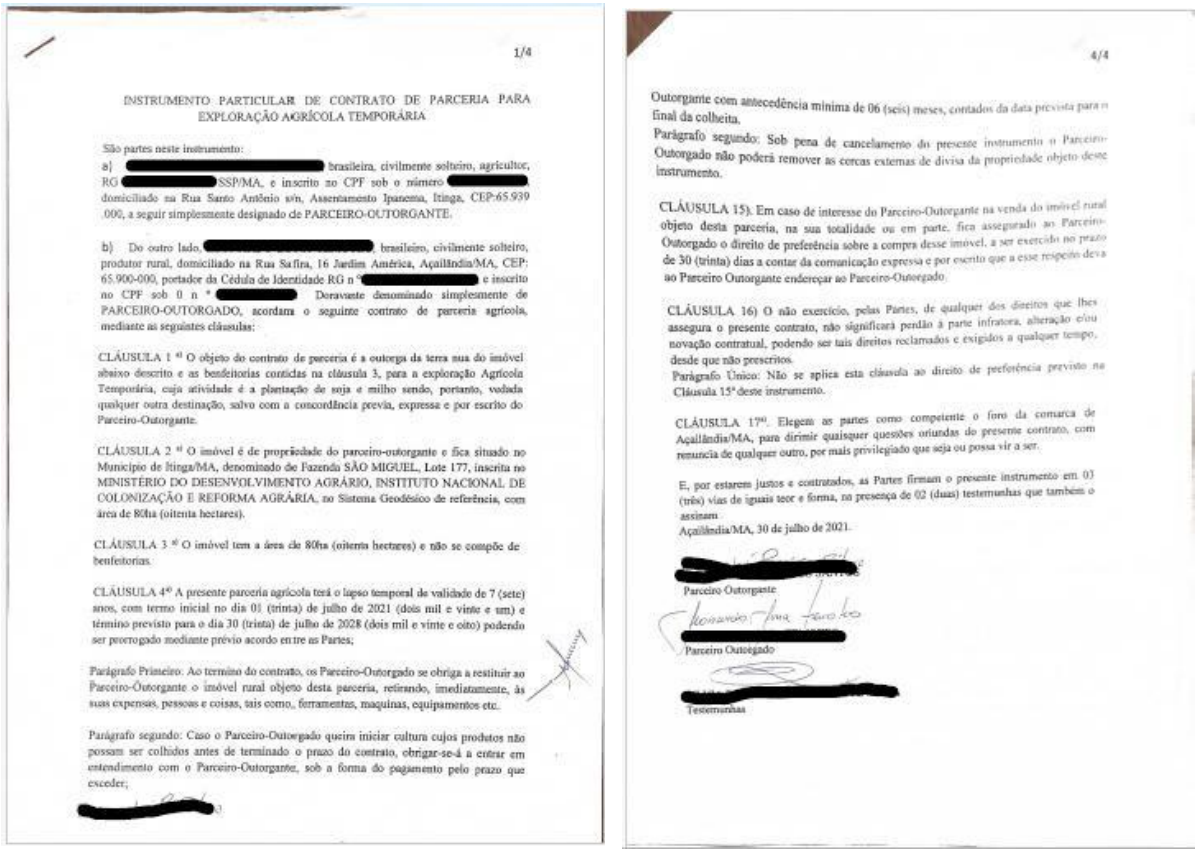


Fonte: Elaborado pelo autor (2026)

Além do aumento significativo do valor da propriedade com o advento da agroindústria implantado no Assentamento, em muitos casos a propriedade encontra-se cercada pelo campo de cultivo, fato que acaba exercendo no proprietário do lote de certa forma pressões de produtores que por adquirirem lotes circundantes, pressionam o posseiro para a venda ou arrendamento, quando isso não se concretiza tornam a utilização do lote acaba sendo inviável devido a grande quantidade de agrotóxicos pulverizados, fatores que acabam se tornando em possíveis conflitos agrários.

A posse da terra para a implantação do cultiva da soja e do milho no território do Assentamento Canaã , se dá na maioria das vezes através da compra dos pelo produtor ou por arrendamento, uma vez que de posse do capital, os produtores oferecem aos camponeses vultosas quantias em dinheiro que as vezes diante de uma vida de dificuldades financeira, abre mão do direto de posse, e vai na maioria das vezes morar em Açailândia, nos últimos anos com a aumento significativo do preço dos lotes, a posse pelo grande produtor vem se dando nos moldes do arrendamento (**Figura 8 e 9**) denominado entre as partes de contrato de uso temporário da terra.

Figura 8 e 9 - Contrato de uso temporário de um dos lotes do Assentamento. Páginas 1 e 4.



1/4

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE PARCERIA PARA EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA TEMPORÁRIA

São partes neste instrumento:

a) [redacted] brasileira, civilmente solteiro, agricultor, RG [redacted] SSP/MA, e inscrito no CPF sob o número [redacted] domiciliado na Rua Santo Antônio s/n, Assentamento Ipanema, Itinga, CEP:65.939 .000, a seguir simplesmente designado de PARCEIRO-OUTORGANTE.

b) Do outro lado, [redacted] brasileiro, civilmente solteiro, produtor rural, domiciliado na Rua Safira, 16 Jardim América, Açailândia/MA, CEP: 65.900-000, portador da Cédula de Identidade RG n º [redacted] e inscrito no CPF sob 0 n º [redacted] Doravante denominado simplesmente de PARCEIRO-OUTORGADO, acordam o seguinte contrato de parceria agrícola, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA 1 ª O objeto do contrato de parceria é a outorga da terra nua do imóvel abaixo descrito e as benfeitorias contidas na cláusula 3, para a exploração Agrícola Temporária, cuja atividade é a plantação de soja e milho sendo, portanto, vedada qualquer outra destinação, salvo com a concordância previa, expressa e por escrito do Parceiro-Outorgante.

CLÁUSULA 2 ª O imóvel é de propriedade do parceiro-outorgante e fica situado no Município de Itinga/MA, denominado de Fazenda SÃO MIGUEL, Lote 177, inscrita no MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, no Sistema Geodésico de referência, com área de 80ha (oitenta hectares).

CLÁUSULA 3 ª O imóvel tem a área de 80ha (oitenta hectares) e não se compõe de benfeitorias.

CLÁUSULA 4ª A presente parceria agrícola terá o lapso temporal de validade de 7 (sete) anos, com termo inicial no dia 01 (trinta) de julho de 2021 (dois mil e vinte e um) e término previsto para o dia 30 (trinta) de julho de 2028 (dois mil e vinte e oito) podendo ser prorrogado mediante prévio acordo entre as Partes;

Parágrafo Primeiro: Ao termino do contrato, os Parceiro-Outorgado se obriga a restituir ao Parceiro-Outorgante o imóvel rural objeto desta parceria, retirando, imediatamente, às suas expensas, pessoas e coisas, tais como, ferramentas, maquinas, equipamentos etc.

Parágrafo segundo: Caso o Parceiro-Outorgado queira iniciar cultura cujos produtos não possam ser colhidos antes de terminado o prazo do contrato, obrigar-se-á a entrar em entendimento com o Parceiro-Outorgante, sob a forma do pagamento pelo prazo que exceder;

[redacted]

4/4

Outorgante com antecedência mínima de 06 (seis) meses, contados da data prevista para o final da colheita.

Parágrafo segundo: Sob pena de cancelamento do presente instrumento o Parceiro-Outorgado não poderá remover as cercas externas de divisa da propriedade objeto deste instrumento.

CLÁUSULA 15). Em caso de interesse do Parceiro-Outorgante na venda do imóvel rural objeto desta parceria, na sua totalidade ou em parte, fica assegurado ao Parceiro-Outorgado o direito de preferência sobre a compra desse imóvel, a ser exercido no prazo de 30 (trinta) dias a contar da comunicação expressa e por escrito que a esse respeito deva ao Parceiro Outorgante endereçar ao Parceiro-Outorgado.

CLÁUSULA 16) O não exercício, pelas Partes, de qualquer dos direitos que lhes assegura o presente contrato, não significará perdão à parte infratora, alteração e/ou novação contratual, podendo ser tais direitos reclamados e exigidos a qualquer tempo, desde que não prescritos.

Parágrafo Único: Não se aplica esta cláusula ao direito de preferência previsto na Cláusula 15ª deste instrumento.

CLÁUSULA 17ª. Elegem as partes como competente o foro da comarca de Açailândia/MA, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, com renuncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou possa vir a ser.

E, por estarem justos e contratados, as Partes firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de iguais teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas que também o assinam.

Açailândia/MA, 30 de julho de 2021.

[redacted]

Parceiro Outorgante

[redacted]

Parceiro Outorgado

[redacted]

Testemunhas

Fonte: Produtor Rural do Assentamento, os nomes foram ocultados a pedido das partes. Organizado pelo autor (2026)

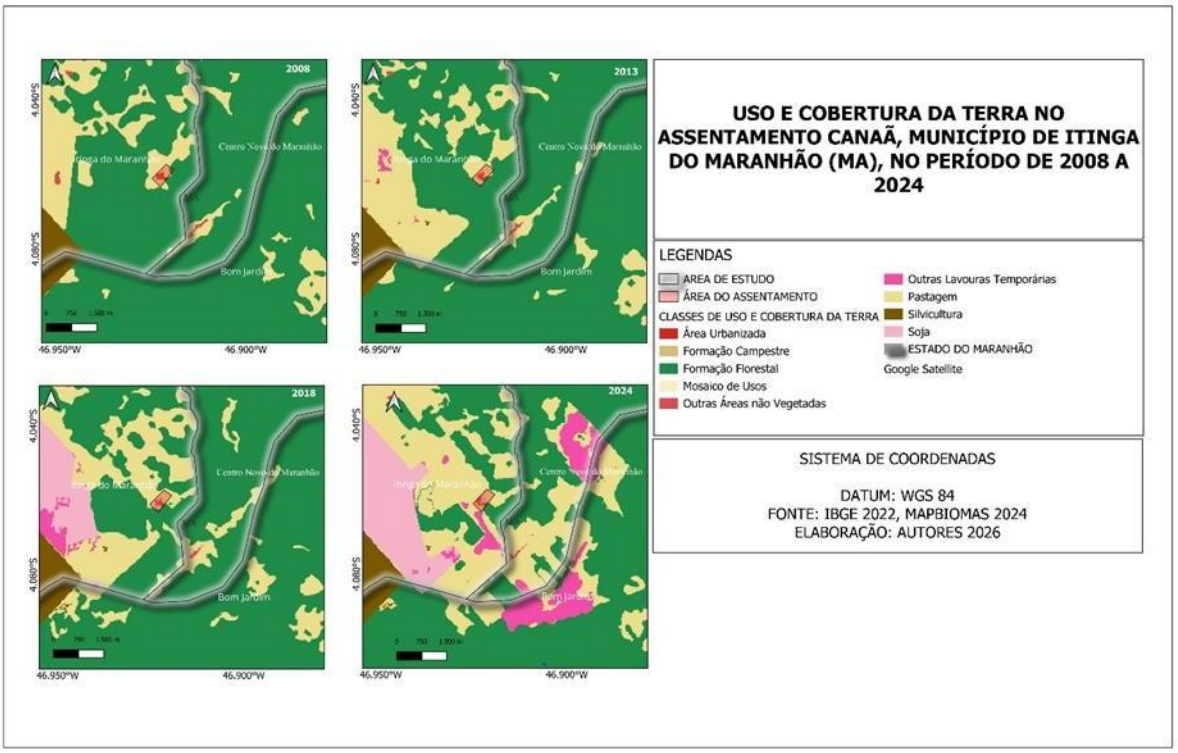
O município de Itinga do maranhão possui em seu território um total de 32 vilas em áreas de assentamentos, todos criados entre os anos de 1998 e 2020 em sua maioria formados por famílias de outros municípios da região, como por exemplo de imperatriz, sendo um dos primeiros o Assentamento vale do Ipê e os mais recentes Monte Alegre e Marielle Franco, esses PAs (Projetos de Assentamentos) além de contribuir no crescimento populacional, econômico e social o confirma o que diz Fernandes, (2008, p. 3), “A maior parte dos assentamentos e resultado do conflito que promove o desenvolvimento”.

Essas ocupações ocorreram na sua maioria sem a iniciativa ou participação do movimento social dos trabalhadores (MST), e sim pela organização dos próprios grupos, que através de algumas lideranças realizaram no território do município as ocupações, a partir desse ponto os órgãos que representam o poder público, deram início as reuniões com as lideranças locais, para assim darem início a implantação do programa de reforma agrária acontecendo assim como afirma Fernandes:

> Portanto, é fundamental distinguir a luta pela terra da luta pela reforma agrária. Primeiro, porque a luta pela terra sempre aconteceu, com ou sem projetos de reforma agrária. Segundo, porque a luta pela terra é feita pelos trabalhadores e na luta pela reforma agrária participam diferentes instituições (Fernades, 1999, p. 02).

No que se refere ao uso e cobertura do solo, foi realizado um levantamento histórico desse processo de 2008 a 2024, utilizando fontes como dados do IBGE, e do MAPBIOMAS, utilizando imagens de satélite, é possível observar as mudanças não apenas do assentamento utilizado como referência de estudos, más em uma grande área que transcende os limites do assentamento Canaã, ao analisar a imagem de 2008, observa-se que neste período ainda existia na área que compreende o espaço e localização do assentamento poucos impactos referente a interferência humana, evidenciados pela pratica característica da agricultura familiar que de forma incontestável exerce um menor impacto ao meio ambiente como também a vida dos animais daquele habitat segundo Landau *et al.* (2013 p.5) "A agricultura familiar brasileira é extremamente diversificada. Inclui tanto famílias que vivem e exploram minifúndios em condições de extrema pobreza como produtores inseridos no moderno agronegócio e que logram gerar renda várias vezes superior à que define a linha da pobreza". Vide **Figura 10**.

Figura 10 - Mapa de uso e cobertura do solo, assentamento Canaã



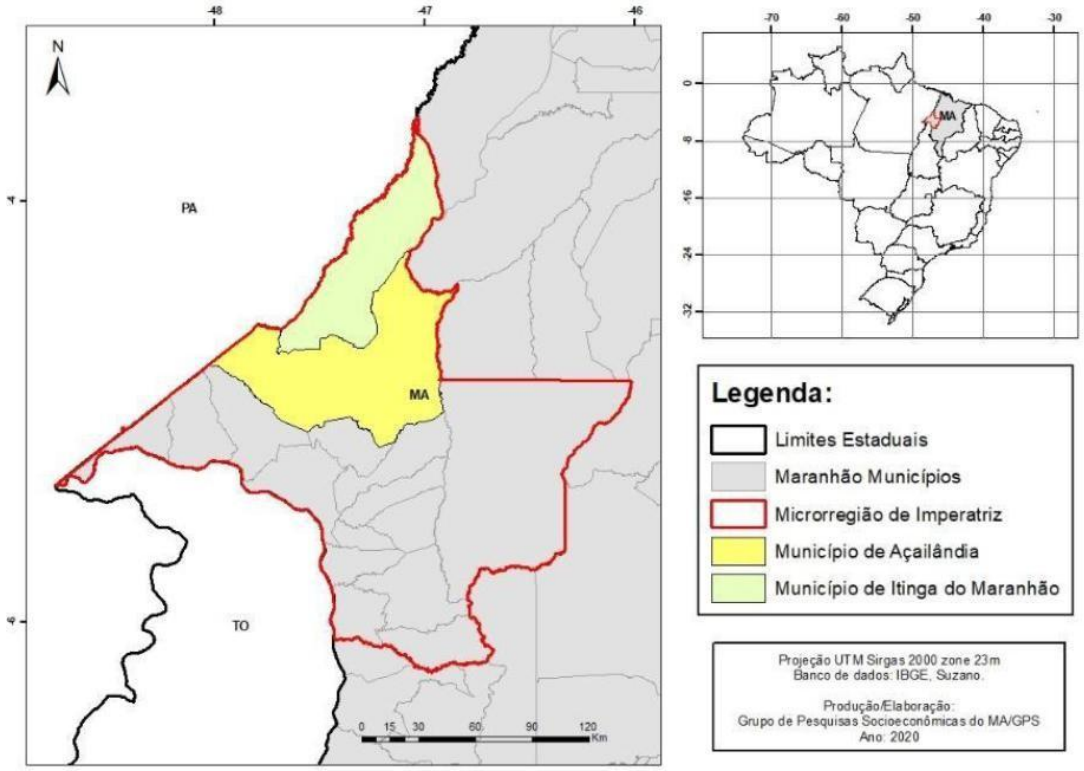
Fonte: IBGE (2022), MAPBIOMAS (2024)

A análise das imagens nos dá a oportunidade de observamos como as transformações socioespaciais foram acontecendo ao longo do tempo, através do mosaico de imagens, e utilizando a legenda ao lado, podemos entender como a floresta nativa foi sendo destruída para dar lugar primeiramente ao cultivo do arroz mandioca e outras culturas e posteriormente as pastagens utilizadas por alguns que para complementação da renda ingressaram na criação de algumas cabeças de gado.

A partir de 2018 a 2024 a análise e observação dos mapas de uso e cobertura do solo percebe-se uma grande e rápida mudança no espaço geográfico, essas mudanças mais acentuadas ocorridas neste período coincide justamente com a chegada do agronegócio no assentamento, fato que acelerou a derrubada da floresta para hospedar agora a monocultura da soja e do milho, que ao contrário da agricultura familiar necessita de grandes áreas de cultivos e dispõe de recursos financeiros vultosos, que proporciona uma maior mudança no espaço rural.

Essas mudanças ocorridas a analisadas acontecem e continuam acontecendo no extremo leste do território de Itinga - MA, onde o município se limita com outros municípios como o de Açailândia - MA, Bom jardim, e Centro Novo - MA e representado na (**Figura 11**) deste trabalho, é importante ressaltar que as áreas de cultivos da soja neste espaço abrangem territórios dos municípios acima citados, onde as vezes o mesmo campo e o mesmo produtor, cultiva uma área que compreendem mais de um território.

Figura 11 - Localização de Itinga do Maranhão - MA e Açailândia - MA



Fonte: Grupo de Pesquisas Socioeconômicas do MA – GPS (2020). Oliveira *et al* (2022)

Por fim, acredita-se que a luta entre camponeses assentados e produtores rurais pelos espaços de produção tende a se estender ainda por anos, pois de um lado apresenta-se o agronegócio como o único capaz de alimentar o mundo, e dos outros aqueles a margem do sistema capitalista, que para adquirirem um pedaço de terra, valem-se de invasões de áreas improdutivas ou ainda destinadas a reservas legais. Neste gerenciamento de conflitos, as ações governamentais parecem ter escolhido um lado. Nesse sentido, Fernandes destaca que:

> De forma velada, o governo Lula não desapropria terras nas regiões de interesses das corporações para garantir o apoio político do agronegócio. Mesmo em regiões de terras declaradamente griladas, ou seja, terras públicas sob o domínio dos latifundiários e do agronegócio, o governo não tem atuado intensamente no sentido de desapropriar as terras. (Fernades, 2008, p. 08).

Diante da análise, o grande prejudicado neste cenário existente no contexto que envolve não só o assentamento Canaã, mas, todos os outros adjacente, é a iniciativa da agricultura familiar, que sofre cada vez mais com a precariedade das iniciativas nas esferas federais, estaduais e municipais, para a manutenção de políticas públicas, voltadas a permanência das famílias assentadas pela reforma agraria.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, e considerando a recorrente disputa pelo controle e pela posse de terras produtivas, observa-se a tendência de continuidade de conflitos envolvendo diferentes perfis de produtores rurais. De um lado, encontram-se aqueles vinculados à agricultura familiar, responsáveis por significativa parcela da produção de alimentos e pela manutenção de dinâmicas sociais no campo; de outro, figuram agentes econômicos que operam em maior escala e cuja atuação está frequentemente associada à busca por financiamento e ampliação de capital para custeio e expansão de suas safras. Essa tensão evidencia não apenas divergências econômicas, mas também distintas concepções sobre o uso e a função social da terra.

Nesse contexto, a efetivação de uma reforma agrária nos moldes idealizados por muitos trabalhadores rurais e posseiros revela-se pouco provável. Tal cenário decorre, em grande medida, da sobreposição de interesses políticos e econômicos que acabam por fragilizar o campesinato, ao mesmo tempo em que fortalecem a lógica capitalista no campo.

Ademais, a ausência ou insuficiência de investimentos voltados à permanência e à melhoria das condições de vida das famílias assentadas tende a comprometer os avanços já alcançados. Caso não haja políticas públicas consistentes que assegurem renda, infraestrutura e

assistência técnica, existe o risco de abandono de áreas previamente estruturadas, o que implicaria a perda de recursos aplicados em habitação, abastecimento de água, estradas vicinais, escolas e financiamentos oriundos de programas como o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). Tal situação comprometeria a própria finalidade dos assentamentos, que vai além da subsistência, abrangendo também a promoção do desenvolvimento social e econômico no meio rural.

Conforme destacam Silva e Fonseca (2018), os assentamentos rurais configuram-se como territórios estratégicos para a implementação de políticas públicas, ampliando as possibilidades de acesso ao crédito e incentivando a produção agrícola. Nesse sentido, a condição de assentado possibilita a inserção em programas de financiamento que contribuem para a superação de dificuldades econômicas históricas no campo. Entretanto, a sustentabilidade desses espaços depende diretamente da continuidade e do aprimoramento dessas políticas, bem como do fortalecimento das organizações sociais locais, de modo a garantir maior autonomia produtiva e melhores condições de vida às famílias envolvidas.

REFERÊNCIAS

COCA, E. L. de F. Debatendo o conceito de reforma agrária: considerações sobre os tipos de assentamentos rurais no Brasil. Campo-Território: **Revista de Geografia Agrária**, v. 8, n. 16, p. 170-197, 2013.

FABRINI, João Edmilson. O projeto do MST de desenvolvimento territorial dos assentamentos e campesinato. **Terra Livre**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 79-91, 2003.

FERNANDES, B. M. **Questão agrária**: conflitualidade e desenvolvimento territorial. 2013.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Brasil: 500 anos de luta pela terra. **Revista de Cultura Vozes**, v. 93, n. 2, p. 9-17, 1999.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **O MST e as reformas agrárias do Brasil**. Boletim Data Luta, p. 1-10, 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão agrária**: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades e Estados**: Itinga do Maranhão. Rio de Janeiro: IBGE, 2024.

LANDAU, E. C., GUIMARÃES, L. D. S., Hirsch, A., Guimarães, D. P., Matrangolo, W. J. R., & Gonçalves, M. T. (2013). **Concentração geográfica da agricultura familiar no Brasil.** Sete Lagoas: Embrapa Milho e Sorgo.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2001.

OLIVEIRA, A. U. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2007.

OLIVEIRA, Allison Bezerra *et al.* TERRITORIALIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO FLORESTAL: EXPANSÃO DA SILVICULTURA DE EUCALIPTO SOBRE A

AGRICULTURA FAMILIAR NOS MUNICÍPIOS DE AÇAILÂNDIA E ITINGA DO MARANHÃO, MARANHÃO, BRASIL. **Revista Contexto Geográfico**, v. 7, n. 15, p. 15-30, 2022.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária.** São Paulo: Contexto, 2007.

REZENDE, Gervásio Castro de. **Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária** (Procera): institucionalidade, subsídio e eficácia. 1999.

RIBEIRO, R. **O agronegócio e os assentamentos da reforma agrária**. São Paulo: Expressão Popular, 2022.

ROSSETTO, O. C. *et al*. Sustentabilidade ambiental e usos da terra nos assentamentos da reforma agrária no estado de Mato Grosso – Brasil. **Revista Políticas Públicas & Cidades**, v. 13, n. 2, 2024.

SILVA, Ana Cláudia Soares da; FONSECA, Ana Ivania Alves. ASSENTAMENTO RURAL E AGRICULTURA FAMILIAR: UM DESENVOLVIMENTO PAUTADO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS. **Geografia**, v. 43, n. 1, 2018.

TRENTIN, Iran Carlos Lovis; WESZ JUNIOR, V. J. **Desenvolvimento e agroindústria familiar**. In: Artigos Completos do XLII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural. Cuiabá. 2004.

YIN, R. K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

SILVA, Jairo do Carmo. Ilustração elaborada para o trabalho "**DA AGRICULTURA FAMILIAR AO AGRONEGÓCIO:** Transformações Socioespaciais no Assentamento Canaã, Itinga do Maranhão – MA. Material não publicado. 2026.